

NOTAS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO

Rodolfo Alves de Macedo¹

RESUMO: O presente estudo trata-se de um ensaio de caráter bibliográfico concebido no âmbito de disciplina em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Com o objetivo de abordar criticamente as políticas educacionais, buscou-se destacar o entrelaçamento entre as políticas educacionais e o fenômeno da globalização. Inicialmente, o texto aborda uma definição do conceito de globalização como um fenômeno originalmente econômico, mas com implicações políticas, sociais e culturais, proporcionando uma análise abrangente do fenômeno. O trabalho também destaca os desafios educacionais impostos por este processo de globalização, destacando a influência exercida por organismos internacionais, como o Banco Mundial, nas tomadas de decisões dos Estados e sua aderência a avaliações em larga escala, como o Pisa e a Prova Brasil.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Globalização. Avaliação em larga escala.

ABSTRACT: This study is a bibliographic essay conceived within the scope of a *stricto sensu* postgraduate course. With the aim of critically addressing educational policies, we sought to highlight the intertwining between educational policies and the phenomenon of globalization. Initially, the text addresses a definition of the concept of globalization as an originally economic phenomenon, but with political, social, and cultural implications, providing a comprehensive analysis of the phenomenon. The work also highlights the educational challenges imposed by this process of globalization, highlighting the influence exerted by international organizations, such as the World Bank, on the decision-making of States and their adherence to large-scale assessments, such as Pisa and Prova Brasil.

Keywords: Educational Policies. Globalization. Large-Scale Assessments.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um ensaio elaborado para a disciplina “Políticas Educacionais e Globalização” em curso de pós-graduação *stricto sensu*. Com o objetivo de fornecer informações sobre o processo de globalização, sua origem, características, principais definições e ações do Estado na sociedade capitalista, a bibliografia foi composta de Dale (2004), Friedman & Friedman (2015), Lima (2012), Rodrigues (2015) e Rodrigues & Szatkoski

¹Mestrando em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Cultura e Educação pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), Sociologia e Ensino de Sociologia pelo Claretiano Centro Universitário e Psicopedagogia Educacional pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

(2015). Com isso, buscou-se examinar as políticas públicas, bem como avaliações externas, ações afirmativas e massificação do ensino.

É fato observável que o termo “globalização” ganhou espaço nos debates contemporâneos e até no cotidiano, tornando-se quase que genérico. Afirma-se que em tempos de globalização deve-se tomar essa ou aquela atitude. Mas é também fato que muito se diz sem que pensemos no que significa globalização estritamente. De todo modo, tal termo tem sido utilizado no campo econômico desde o século XX dada a expansão do neoliberalismo, e neste século XXI, para áreas além da economia.

Nascendo como um fenômeno econômico, a globalização pode ser definida por Dollar (apud CHARLOT, 2013, p. 47) como “a crescente integração das economias e das sociedades no mundo, devido aos fluxos maiores de bens, de serviços, de capital, de tecnologia e de ideias”. Apesar disso, seus impactos se estenderam para além do âmbito financeiro e tornou-se também um fenômeno social, político e cultural que reorientou a vida cotidiana por meio de um novo fato social, em terminologia durkheimiana, posto que externo, geral e coercitivo. Enquanto alguns veem a globalização como um sinal apocalíptico, outros acreditam que o problema não está na globalização em si, mas sim na forma como ela tem sido conduzida como progressão do neoliberalismo.

Dentre essas modificações geradas pela globalização estão novos problemas sociais e educacionais que as políticas públicas em educação devem enfrentar. Ao mesmo tempo em que se intensificaram os fluxos internacionais de capital econômico, intensificaram-se também os fluxos de circulação das ideias e de políticas internacionais, inclusive aquelas voltadas à educação, como as orientações do Banco Mundial ou mesmo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A fim de compreender os efeitos da globalização sobre a educação, Dale (2004, p. 425) afirma que é necessário

(a) especificar a natureza da globalização, (b) indicar claramente o que é que se quer dizer com “educação” e (c) especificar como é que a globalização afecta a educação, quer directamente, de forma identificável, e indirectamente, quer, e por consequência, especificando outras mudanças que possa trazer no seu próprio interior ou no sector da educação.

Desta forma, Dale busca examinar dois tipos de abordagens: a primeira, tida como institucionalista sociológica, é referida por ele como “Cultura Educacional Mundial Comum” (CEMC), em que “o desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de estado e de sociedade, mais do que através de factores nacionais distintivos” (DALE, 2004, p. 425); a

segunda abordagem é desenvolvida pelo próprio Dale, referida como “Agenda Global Estruturada para a Educação” (AGEE), em que implica forças econômicas que rompem as fronteiras, mas que ao mesmo tempo reconstróem a relação entre nações.

Outra questão que deve ser considerada ao pensarmos sobre a relação entre globalização e política educacional trata-se da orientação e das ações tomadas pelo Estado. Milton e Rose Friedman (2015), ambos neoliberais que enxergam no Estado mínimo a melhor forma de governo, vão advogar pela política do Estado mínimo aplicada até mesmo à educação, de modo que o Estado se retire das atividades educacionais e as deixem sob a “mão invisível do mercado”, isto é, das mãos da iniciativa privada. Para isso, buscaram na história da educação estadunidense supostos exemplos positivos de educação na iniciativa privada, e desse modo, propõem um resgate desses tipos de iniciativa. No entanto, diante de uma conjuntura econômica, social e política tão desigual, diversos sujeitos em situações desfavoráveis ficariam às margens do sistema educacional. Para responder a essa problemática, Friedman & Friedman propõem um sistema de voucher para a educação, isto é, uma espécie de “bilhete” fornecido pelo Estado com determinada quantia monetária que possa servir ao pagamento de escolas privadas. Assim, Friedman & Friedman garantiriam a diminuição da presença do Estado em fornecer uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas cujo potencial é de aprofundar as desigualdades.

A qualidade da educação ofertada pelos diferentes estabelecimentos de ensino coloca em pauta a questão das avaliações, apontada por Lima (2012, p. 15) como “uma das máximas expressões, substantivas, das políticas educacionais contemporâneas, seja em escala nacional e local, seja em escala transnacional”. Isto é, a avaliação educacional como expressão da política educacional, bem como reveladora da concepção organizacional de escola, com diferentes objetivos.

Dentre os diferentes tipos de avaliação encontramos aquelas realizadas em larga escala, como o Pisa ou a Prova Brasil. Por um lado, as avaliações em larga escala cumprem a função de gerar dados sobre a educação em escala nacional ou até mesmo global, de modo que, conforme os dados gerados, possamos ter uma perspectiva panorâmica da atual situação da educação, e assim, pensarmos em possíveis alternativas para superar aquelas áreas onde há maior defasagens, como o currículo escolar ou a formação de professores. No entanto, segundo Rodrigues & Szatkoski (2015), essas avaliações têm sido objeto de críticas e insatisfação por parte dos educadores, que viam nas avaliações em larga escala não um mero instrumento de coleta de dados, mas uma espécie de documento dirigente das ações dos

professores, que passaram a utilizar as questões da Prova Brasil como o fio condutor de seu trabalho pedagógico, ou seja, trabalhando em função da Prova Brasil, e não em função dos conteúdos necessários aos alunos.

Ora, sabe-se muito bem que a educação no Brasil necessita de maior atenção por parte das famílias, de toda a sociedade civil e do poder público, este elaborando políticas públicas de educação que possam garantir não somente o acesso universal à educação básica, bem como o acesso ao ensino superior pelas camadas populares, sobretudo a sua permanência. Uma medida já desenvolvida no Brasil trata-se do Programa Universidade para Todos (ProUni), que trata da inclusão destes alunos em Instituições de Ensino Superior privado. Neste sentido, o estudo realizado por Rodrigues (2015) nos leva a pensar sobre a importância do ensino superior para as camadas mais desfavorecidas de nossa sociedade, devido ao fato de terem sido historicamente excluídas desta fase da educação. Além disso, com o ingresso de um novo perfil aos bancos das universidades, coloca-se em questão seus currículos e as expectativas dos estudantes de camadas populares em relação ao curso.

Fato é que o tema da globalização e seus impactos em todo o globo nos tem sido colocado e é necessário e urgente que possamos colocar em perspectiva a proposição de Dale sobre a natureza da globalização e de que modo ela tem impactado as políticas educacionais no Brasil. Mais recentemente, temos observado os braços da iniciativa privada e, inclusive, bilionários “filantropos” com fundações que visam a elaboração destas políticas e que já se encontram em instâncias governamentais, de modo a impactarem com prerrogativas neoliberais sob o rótulo de “neutralidade axiológica”.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. Educação e globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. In: _____. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 35-61.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose. O que há de errado com nossos colégios? In: **Livre para escolher: um depoimento pessoal**. 11. ed. São Paulo: Editora Record, 2015.

LIMA, Licínio. Elementos de análise organizacional das políticas e práticas de avaliação escolar. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Avaliação em larga escala: questões polêmicas**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 15-38.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira. Ensino superior privado entrada e permanência: estudantes ProUni e não bolsistas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 350-371, abr./jun. 2015.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira & SZATKOSKI, Luciane. Avaliação Externa no Ensino Fundamental: a Prova Brasil e seus efeitos. **Saberes em perspectiva**, Jequié, v. 5, n. 13, p. 25-41, set./dez. 2015.